



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Subdivisão Insular Santiago de Compostela, 27 de Abril de 2016

O Presidente Cleofé Carballo deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu os tradutores pelo seu apoio.

Enquanto se aguardava a chegada de todos os membros à sala de reunião, o Secretário-Geral informou os membros da recente eleição de C. Carballo ao posto de Primeiro Vice-Presidente da nova federação em folha, a Federação Regional das Cofradias Canarinas. C. Carballo ficará nomeadamente encarregado de todos os processos externos (CC Rup, CC Sul). Em resposta a uma pergunta, o mesmo indicou que a Federação reunia o conjunto das Cofradias, apesar das brigas internas actualmente existentes.

Os membros não desejaram alterar os projectos de relatórios de 21 de Abril de 2015 e 20 de Janeiro de 2016, nem emitiram objecções relativamente ao projecto de ordem do dia.

Os documentos foram, por conseguinte, validados.

Presidência do Grupo de Trabalho

Após ter recordado os termos do acordo celebrado em 2011, relativo à Presidência rotativa do Grupo, C. Carballo disse poder prosseguir com o cargo, no caso de os Membros do Grupo assim o desejarem. C. Carballo foi calorosamente aplaudido por vários membros pelo seu envolvimento e pela qualidade do seu trabalho. Pretenderam, por conseguinte, que o mesmo continuasse com o cargo, expressando visivelmente o sentimento de todos. C. Carballo agradeceu os membros pela confiança depositada e prometeu dar o seu melhor para assumir o cargo. JM Ortiz continuará a envolver-se nos trabalhos do Grupo, não lhe sendo, contudo, permitido, para já, assistir às reuniões do CC Sul.

Ponto de Informação sobre o CC RUP

C. Carballo e G. Rita apresentaram a actualidade da pré-figuração do CC RUP, principalmente baseada nas conclusões da reunião de 20 de Janeiro em Madrid. A implantação do secretariado nos Açores não é um problema, nem o facto de a Presidência ser rotativa. O ponto político que constitui o maior obstáculo reside na distribuição dos assentos pelo Comité Executivo para o Colégio Sector. Até à data, a proposta de estatutos não recebeu críticas, não tendo, no entanto, sido muito debatida, na medida em que a proposta não pôde ser traduzida.

Apesar de um acordo aquando da reunião de Madrid, as partes envolvidas não comunicaram a sua posição/recomendação antes do prazo acordado (15 de Fevereiro), bloqueando assim as negociações. Compete especialmente ao sector francês tomar posição. S. Larzabal indicou que transmitiria esta mensagem da parte dos parceiros desse CC.

Para além disso, B. Stockhausen ofereceu o seu apoio para a redacção dos estatutos, tendo este contribuído bastante para a redacção dos do CC Aquicultura. Também foi debatida a implicação das estruturas representantes da sociedade civil nesse futuro CC. A falta de





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

vontade das referidas estruturas é apontada como sendo a primeira causa para a ausência das mesmas da fase de pré-figuração.

O exemplo do CC Mercados foi comunicado aos Membros, com vista a demonstrar que a ausência de acordo no respeitante à distribuição de assentos não deve constituir um travão.

Por motivos de eficácia orçamental e de coerência, logo que o CC RUP estiver funcional, o Grupo de Trabalho Subdivisão Insular terá de ser eliminado das plataformas de trabalho do CC Sul, sem que isso impeça, obviamente, a participação dos membros da Macaronésia nos trabalhos do CC Sul.

Possibilidades de Pesca do Goraz nos Açores.

As possibilidades de pesca deste stock terão de ser estabelecidas por 2 anos pelo Conselho de Ministros do Outono de 2016, baseando-se no Parecer do CIEM.

A Federação dos Açores salientou quão estruturante era esse stock para as pescarias Açorianas e quão importante era não reduzir as possibilidades de pesca em 2017 e 2018, tendo em conta os grandes esforços já realizados pelo sector. Segundo vários intervenientes, os níveis de abundância constatados no mar parecem, para além disso, confirmar a melhoria do stock. O período de gestão deste stock também poderia ser alterado.

Foi decidido tentar adoptar um Parecer sobre este assunto. A Federação dos Açores ficará encarregada do assunto e contactará muito em breve os cientistas competentes, com vista a propor um parecer favorável à manutenção ou ao aumento das possibilidades de pesca. Daqui até ao dia 31 de Maio, esta comunicará um projecto de recomendação aos Membros.

Gestão dos Escapes de Aquicultura nas Canárias

Killian Toledo, da Universidade de Alicante, apresentou pormenorizadamente o contexto aquícola nas Canárias bem como os impactos dos escapes das explorações aquícolas sobre o ambiente marinho.

2 espécies são principalmente produzidas: O robalo e a dourada. Após ter apresentado os motivos dos escapes de peixes das jaulas de cultivo, o mesmo explicou que, durante o período de 1998–2009, a fuga dos robalos de aquicultura foi estimada em cerca de 200 000 por ano. Estes escapes constituem um verdadeiro problema ecológico, que preocupa muito as partes envolvidas, assim como inúmeros artigos publicados na comunicação social o demonstram. Os impactos mínimos podem ser divididos em 4 categorias: Predação adicional no ecossistema, poluição genética, sanitária e impacto nas pescarias.

É claro que existem várias soluções para tentar resolver os problemas, incluindo, nomeadamente, a participação de pescadores recreativos ou profissionais. Para além da definição do programa de contingentação no caso dos escapes massivos, algumas adaptações do acervo regulamentar poderão ser obtidas. Em específico, a supressão do tamanho mínimo do robalo proveniente da aquicultura seria extremamente útil. A procura de parcerias entre todas as partes envolvidas também seria muito proveitosa.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Os membros debateram sobre este flagelo ecológico, concordando com o facto de que todos os esforços deviam ser realizados para solucionar o problema. Contudo, qualquer solicitação de alteração regulamentar terá de ser suficientemente específica e abranger apenas os escapes aquícolas.

Face às reacções favoráveis dos membros, foi acordado avançar neste sentido e pensar na formalização de um parecer que permita reagir eficazmente em caso de escape massivo, fazendo evoluir o arsenal legislativo, de modo a este autorizar a implementação de um plano de emergência.

Gestão das Capturas abaixo do Tamanho Mínimo de Anchovas e Sardinhas nas Ilhas Canárias

O Presidente informou os membros de várias inadequações das normas regulamentares relativas a determinadas capturas de anchovas e sardinhas nas Ilhas Canárias.

As pescarias orientadas para essas espécies pelágicas podem, nalguns casos, capturar tamanhos muito diversos, entre os quais indivíduos suficientemente numerosos de anchovas e sardinhas que não possuam o tamanho mínimo. Essas capturas beneficiam de várias opções, entre as quais uma utilização como isco morto para outras pescarias. De facto, é autorizado conservar a bordo até 10% de capturas abaixo do tamanho mínimo no caso dessas espécies, mas esta derrogação não permite responder durante o ano todo à actual abundância. Essas capturas representam volumes anuais muito baixos (40-50 Tn). Considerando a PCP e o facto de estes stocks não estarem sujeitos a uma limitação de capturas, as capturas com percentagem superior a 10% devem, por conseguinte, ser devolvidas ao mar. Para além disso, a proibição do transbordo constitui uma grande pressão, muito mal aceite por parte dos pescadores.

As ONGs ambientais solicitaram informações adicionais antes de tomarem posição - informações essas que serão muito em breve fornecidas pelo sector Canarino. Relativamente à questão do transbordo, tendo o CC Sul já tomado posição através do seu Parecer 100, não será dado seguimento à mesma.

Implementação da Obrigação de Desembarque - Plano Rejeições 2017:

Uma vez recordadas as datas de relevo do calendário (envio da Recomendação Anexada antes de 31 de Maio), os membros foram interrogados no sentido de se identificar qual a melhor estratégia a aplicar no respeitante à implementação da Obrigação de Desembarque para o ano de 2017 nas águas que circundam a Macaronésia. Os Membros assinalaram algumas dificuldades de interpretação do Artigo 15 da PCP («espécies que definem as pescarias») e expressaram algumas preocupações (espécies para as quais o TAC é nulo; ausência de indústria de transformação nalgumas ilhas).

Foram dadas respostas a estas perguntas, sempre que possível. Deste modo, foi especificado que a PCP visava o reforço do evitamento das capturas indesejadas. Para além disso, é muito



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

provável, nos próximos anos, virem a ser organizados novos circuitos logísticos para recolher essas proteínas animais pouco dispendiosas.

Os membros não quiseram que novas pescarias ficassem sujeitas à Obrigação de Desembarque em 2017 nas águas em torno da Macaronésia.

Questões diversas:

- J. Gonçalves (APEDA) lembrou que a questão da margem de tolerância utilizada para a estimativa das capturas a bordo teria de ser novamente debatida de forma geral pelo CC Sul. Foi referido que esta questão seria novamente tratada no Outono, em função dos trabalhos a desenvolver, no âmbito da revisão do quadro de controlo das Pescas Comunitárias.

